



Requer a realização de Audiência Pública para discutir a crise hídrica no Brasil.

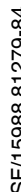
Nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA para discutir a crise hídrica no Brasil.

Por oportuno, apresento sugestão de que sejam convidados para o presente Seminário:

- Sra. Izabella Teixeira - Ministra do Meio Ambiente;
- Sr. Helder Barbalho - Ministro da Pesca e Aquicultura;
- Sr. Neidson Batista - Coordenação da Articulação do Semiárido (ASA/Brasil);
- Sr. André Villas-Bôas - Secretário Executivo do Instituto Socioambiental (ISA);
- Sr. Carlos Nobre - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

JUSTIFICAÇÃO

A escassez de água que atinge diversas regiões do Brasil, sobretudo a Região Sudeste, é tema diretamente relacionado aos interesses estratégicos do país. Por isso mesmo, tem sido constante na pauta nacional na medida em que tem se agravado de forma acentuada nos últimos meses.





A crise de abastecimento que está colocada já vem trazendo impactos diretos para a população e para a economia brasileira. Mesmo que ainda esteja concentrada no Sudeste, é consenso que o impacto poderá se espalhar pelo país. Se não por dificuldades no abastecimento, na alta do preço da luz e da comida e no enfraquecimento da economia, pois a necessidade de um racionamento de água trará consequências diretas com o aumento de custos e queda nas atividades. Os prognósticos são alarmantes e o legislativo brasileiro não pode estar omissa a este debate, de maneira que, com a maior urgência possível, deve buscar as medidas mais imediatas que possam ao menos minimizar os problemas e, também, soluções estruturais que tragam tranquilidade para o povo brasileiro a médio e longo prazo.

A forte estiagem que vivemos nos últimos anos, as elevadas temperaturas registradas, a concentração populacional ocorrida nas últimas décadas nos grandes centros, aliado ao crescimento do consumo, faz com que o país tenha necessidade de buscar soluções efetivas para o problema que já é presente nas regiões citadas e se avizinha das demais. Cumpre-se também o debate sobre as consequências do desmatamento desenfreado, sobre o impacto das mudanças climáticas, sobre o próprio modelo de desenvolvimento que estamos adotando.

Em uma situação de crise é preciso que as informações sejam tratadas de forma séria e confiável e que as medidas levem em consideração o conjunto da população, prevalecendo o interesse público. A sociedade precisa saber a extensão dos problemas e quais são as consequências imediatas e de médio e longo prazo. E cabe ao parlamento ouvir especialistas e autoridades públicas envolvidas para que, conjuntamente, sejam apontadas as alternativas possíveis.

Assim, consideramos como um passo fundamental a realização de Audiência Pública nesta Comissão, que possa se desdobrar em uma discussão de qualidade, ampla e transparente.

Sala das Comissões, em 10 de março de 2015.

Senadora REGINA SOUSA

(PT / PI)

